

n. 51, jan. / mar. 2014

Editorial – A cultura da ineficiência política das gestões públicas brasileiras

Márcio Luís de Oliveira

Os desafios contemporâneos para os direitos fundamentais¹

Danièle Lochak

Análise das competências constitucionais em face da distribuição dos recursos entre os entes federados e a necessidade de revisão do pacto federativo

Andreane Rocha Thomaz, Bruno Salles Trindade da Cunha

Leasing financeiro– Em qual Município deve ser recolhido o ISS?

Cláudio Hiran Alves Duarte

A possibilidade de regularização fundiária em Área de Preservação Permanente

Fernanda Miranda Ferreira de Mattos, Ellen Larissa de Oliveira Frota, Walter Siqueira Brito

Revisitando o regime jurídico dos serviços públicos municipais

Horácio Augusto Mendes de Sousa

A possibilidade de doação de bem imóvel a particulares pelos Estados e Municípios – Subsiste ainda aos efeitos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 927?

João Eduardo Lopes Queiroz

O Projeto do Novo Código de Processo Civil sob a ótica das prerrogativas processuais da Advocacia Pública

Marcelo Veiga Franco

Advocacia pública no âmbito municipal

Maria Cecília Borges

Welfare State, direitos humanos e políticas públicas – O que na prática realmente tem sido feito?

Marina Medeiros Queiroz de Moraes

Cargos em comissão de livre nomeação e exoneração – Exigência de ficha limpa

Rodrigo Fornaziero Campillo Lorente

O conteúdo jurídico do sistema federativo

Gabriela de Carvalho

Algumas considerações sobre a decisão do STF e a prestação

do serviço público de saneamento nas regiões metropolitanas
– ADI nº 1.842-RJ
Patricia Dornelles Schneider

Consulta – Serviço público de limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos
Gilberto Diniz

Supremo Tribunal Federal

ADI – Direito Financeiro – ICMS – Partilha entre os municípios do produto arrecadado – Valor adicionado – Geração de energia elétrica – Lei ordinária do estado-membro que utiliza critérios de partilha com base na área inundada pelo reservatório e demais instalações da usina hidrelétrica

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo- Protesto de CDA – Lei nº 9.492/1997 – Interpretação contextual com a dinâmica moderna das relações sociais e o “II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo” – Superação da jurisprudência do STJ

Superior Tribunal de Justiça

Improbidade administrativa – Contratação de serviços advocatícios com dispensa de licitação – Recebimento de valor não previsto no contrato – Art. 3º da Lei nº 8.666/93 – Súmula nº 284 do STF – Art. 10, *caput*, da Lei nº 8.429/92 – Ausência de demonstração do dolo em causar prejuízo ao erário – Mera irregularidade formal – Aquisição de materiais de informática sem licitação – Fracionamento indevido – Arts. 23 e 24 da Lei nº 8.666/93 – Inexistência da violação apontada

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Impetração voltada contra ato do governador de estado que aprovou o chamado “plano de outorga da concessão do serviço principal, integrante do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Mato Grosso” – Alegada violação ao princípio da publicidade – Inocorrência – Procedimentos administrativos que atenderam ao interesse público

Superior Tribunal de Justiça

Ação de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 – Imposto de renda retido na fonte – Ausência de repasse aos cofres do município – Violation a princípio da administração pública – Configuração de dolo genérico – Dano ao erário evidenciado

Ação Civil Pública

Ação Popular

Administrativo

Constitucional

Desapropriação

Improbidade Administrativa

Processual Civil e Civil

Processual Penal e Penal

Servidor Público

Tributário

Mantida suspensão da Lei de Porto Alegre que vedou taxa de deslocamento de radiotáxi

Relator rejeita recurso de ex-prefeito condenado por usar estrela em publicidade oficial

STF decide que cláusula de barreira em concurso público é constitucional

Mantida decisão sobre pagamento de férias de professores de município baiano

Prefeitura de Caxias do Sul (RS) terá de pagar tratamento a portador de doença incurável

Restabelecidas decisões que impediram reajuste de IPTU em municípios de SP e SC

Ação de prefeito de Laranjal do Jari (AP) será enviada ao TSE

Suspensa retenção de ICMS de município por escritório de advocacia

Inscrição de Ilhéus em cadastros de inadimplentes da União é suspensa

Boate no interior de São Paulo pode continuar funcionando

Decisão liminar mantém prefeito de Autazes (AM) no cargo

Suspensão dispositivo de lei municipal que atingia atividades portuárias em Santos (SP)

Mantida decisão que determina matrícula de crianças em creches em Guarujá (SP)

Destinação da contribuição para custeio da iluminação pública tem repercussão geral

Mantida liminar contra aumento do IPTU em São Paulo